

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1740/2019-PGJ, DE 21.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4117/2018-PGJ, de 5.12.2018, publicada no DOMP nº 1873, de 7.12.2018, com redação dada pela Portaria nº 932/2019-PGJ, de 19.3.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao 1º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.: 98478-2059
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	Alexandre Lima Raslan
3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min)	Silasneiton Gonçalves

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.: 98478-2059
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	Silasneiton Gonçalves
3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min)	Alexandre Lima Raslan

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1741/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Delegar atribuição ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para assinar a escritura pública referente ao terreno-sede das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, matriculado sob o nº 59.562, 2º Serviço Notarial e Registro Civil de Ponta Porã, MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1757/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí, nos dias 27 e 28.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1759/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Dourados, João Linhares Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20 a 23.5.2019, em razão de licença do titular, Fernando Jamusse.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1775/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Camapuã, no período de 27 a 29.5.2019, em razão de licença e férias dos Promotores de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues e Douglas Silva Teixeira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1776/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1650/2019-PGJ, de 14.5.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 14ª Zona Eleitoral, em razão de licença do titular, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	TITULAR
Daniel Higa de Oliveira	14.5.2019	Lindomar Tiago Rodrigues
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	15 a 25.5.2019	
Douglas Silva Teixeira	26.5 a 2.6.2019	

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	TITULAR
Daniel Higa de Oliveira	14.5.2019	Lindomar Tiago Rodrigues
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	15 a 25.5.2019	
	27 a 29.5.2019	
Douglas Silva Teixeira	30.5 a 2.6.2019	

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1778/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 9.8, 30 e 31.10.2015, a serem usufruídos no período de 22 a 24.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1779/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 28ª Zona Eleitoral, no período de 22 a 24.5.2019, em razão compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Arthur Dias Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1780/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da Vara Única de Angélica, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	DATA
Mariana Sleiman Gomes	28.5.2019
José Antonio Alencar	30.5.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1782/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Amambai, no julgamento do Processo nº 0000768-11.2017.8.12.0004, no dia 31.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1783/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 5.6.2018, a ser usufruído no dia 24.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1784/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, por ter atuado no período de 29.12.2017 a 6.1.2018, a ser usufruído no dia 27.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1785/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Coxim, Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Promotorias de Justiça de Sonora e Pedro Gomes, nos dias 24 e 27.5.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1786/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Miranda, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	DATA	VARAS E JUIZADO
Victor Leonardo de Miranda Taveira	22.5.2019	2ª Vara
	29.5.2019	1ª Vara e Juizado Especial Adjunto
Angelica de Andrade Arruda	23.5.2019	2ª Vara
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	30.5.2019	1ª Vara

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1743/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes membros do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/0884/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Aroldo José de Lima, Procurador de Justiça; 1.1) Suplente – Luiz Eduardo Lemos de Almeida, Promotor de Justiça; 2) Fiscal – Ana Cristina Carneiro Dias, Promotora de Justiça; 2.1) Suplente – Fabricio Proença de Azambuja, Promotor de Justiça.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1751/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas, do Quadro do Ministério Público Estadual, como Fiscal Administrativo Suplente do Contrato nº 93/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e revogar a Portaria nº 3943/2018-PGJ, de 22.11.2018, na parte que designou a servidora Paola Reginato Pereira, Técnico II (Processo PGJ/10/2716/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1752/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais, do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscal Administrativa Suplente do Contrato nº 92/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e revogar a Portaria nº 4396/2018-PGJ, de 19.12.2018, na parte que designou a servidora Paola Reginato Pereira, Técnico II (Processo PGJ/10/2244/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1753/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas, e Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração, do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscais titular e suplente, respectivamente, do Contrato nº 53/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e revogar a Portaria nº 197/2019-PGJ, de 22.1.2019, na parte que designou os servidores Paola Reginato Pereira, Técnico II, e Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas (Processo PGJ/10/2571/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1754/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais, do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscal do Contrato nº 86/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e revogar a Portaria nº 3620/2018-PGJ, de 26.10.2018, na parte que designou a servidora Paola Reginato Pereira, Técnico II (Processo PGJ/10/1253/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1755/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 37/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 1.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 2) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1793/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1756/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 32/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente - Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Núcleo de Atividades Complementares (Processo PGJ/10/1593/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1742/2019-PGJ, DE 22.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Augusto Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Desenvolvimento, no período de 29.5 a 3.6.2019, em razão de férias do titular, Daniel Rodrigues Duarte.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1744/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Frederico Correa Pereira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 11.5.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1745/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Vinicius Ferreira Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 29ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 30ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20 a 29.5.2019, em razão de férias da servidora Daniela Saab Nogueira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1746/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no período de 8 a 17.7.2019, em razão de férias da titular, Sabrina Lopes Baes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1747/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 3.6 a 12.7.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1748/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, nos dias 16 e 17.5.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1749/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15.5 a 13.6.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1750/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Bruna Camargo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 17.5.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1760/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Adair Marques Correa Junior, por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.5.2019, a serem usufruídas no período de 3 a 12.6.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1761/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Aline de Souza Finamor, por meio da Portaria nº 1307/2019-PGJ, de 12.4.2019, que seriam usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2019, a serem usufruídas no período de 14 a 23.8.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1762/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 7.5.2019, as férias da servidora Ana Paula de Campos Trindade, concedidas por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 29.7 a 2.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1763/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Brauner Murilo de Melo Biscoli	2018/2019	10 a 19.6.2019	19 a 28.8.2019		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	8 a 27.7.2019			1º a 10.3.2019

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Rodrigues de Paula Santos	2017/2018	8 a 17.8.2018	17 a 26.6.2019		18 a 27.8.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rebeca Murano Borges	2015/2016	21 a 30.1.2019	8 a 17.7.2019	23.10 a 1º.11.2019	
Sheila Marques da Costa	2016/2017	20 a 29.5.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2017/2018	15 a 24.7.2019	14 a 23.10.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renato Boggi Rodrigues	2018/2019	14.10 a 2.11.2019			

Passe a constar:

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Brauner Murilo de Melo Biscoli	2018/2019	5 a 14.8.2019	7 a 16.1.2020		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	5 a 24.8.2019			1º a 10.3.2019

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Rodrigues de Paula Santos	2017/2018	8 a 17.8.2018	24.6 a 3.7.2019		18 a 27.8.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rebeca Murano Borges	2015/2016	21 a 30.1.2019	15 a 24.7.2019	23.10 a 1º.11.2019	
Sheila Marques da Costa	2016/2017	8 a 17.5.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2017/2018	22 a 31.7.2019	14 a 23.10.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renato Boggi Rodrigues	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1764/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 16.4.2019, as férias do servidor Elpidio Junior das Neves Lima, concedidas por meio da Portaria nº 891/2019-PGJ, de 14.3.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 5 a 19.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1765/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Estefany de Oliveira Pezzi, por meio da Portaria nº 053/2019-PGJ, de 10.1.2019, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.5.2019, a serem usufruídas no período de 29.7 a 7.8.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1766/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 29.4.2019, as férias do servidor Flavio Lopes, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, com a redação dada pela Portaria nº 259/2019-PGJ, de 24.1.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 17 a 19.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1767/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá, por meio da Portaria nº 588/2018-PGJ, de 8.2.2018, alterada pela Portaria nº 3452/2018-PGJ, de 10.10.2018, que seriam usufruídas nos dias 8 e 9.4.2019, a serem usufruídas nos dias 23 e 24.5.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1768/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 29.4.2019, as férias do servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, concedidas por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, e suas alterações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 14 a 16.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1770/2019-PGJ, DE 22.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Vagner André Parizotto, por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.5.2019, a serem usufruídas no período de 24.6 a 3.7.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2019-SEG/MPMS, DE 22 DE MAIO DE 2019**

Institui o Regimento Interno da Comissão para a Promoção de Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 2/2001-PGJ, de 16 de março de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Regimento Interno da Comissão para a Promoção de Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Art. 1º A Comissão para a Promoção de Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico, MSCIP, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, tem por finalidade:

I - promover todas as medidas necessárias à obtenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, CVCBM, referente a todos os prédios de responsabilidade do MPMS;

II - promover, acompanhar e revisar os projetos de segurança contra incêndio e pânico, implementando as adequações necessárias e buscando a aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul;

III – estudar providências necessárias à execução de projeto contra incêndio nos prédios do MPMS e elaborar proposta à Secretaria-Geral;

IV – promover as medidas de segurança contra incêndio e pânico nas instalações do MPMS aprovadas pela Secretaria-Geral.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º A MSCIP será composta por, no máximo, 7 (sete) membros, designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º O Presidente da Comissão será escolhido dentre os membros pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O Secretário da Comissão será escolhido dentre os membros pelo Presidente da Comissão.

Art. 3º A investidura dos membros da MSCIP não excederá a 2 (dois) anos, permitida a recondução de apenas 2/3 seus membros no período subsequente.

Parágrafo único. Durante o mandato, o membro poderá ser substituído a pedido do próprio interessado ou por força do art. 4º deste Regimento.

Art. 4º A ausência injustificada de qualquer membro da MSCIP, por 3 (três) reuniões sucessivas, ou 4 (quatro) alternadas, no período de 1 (um) ano, bem como a reiterada prática de conduta desidiosa e/ou desrespeitosa ensejarão sua substituição, mediante pedido do Presidente à Secretaria-Geral.

Parágrafo único. A justificativa de ausência do membro nas reuniões ou execução dos trabalhos da Comissão deverá ser encaminhada por escrito, via *e-mail*, ao Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º A MSCIP funcionará na Procuradoria-Geral de Justiça ou, quando não possível seu funcionamento nesta, em outro prédio do MPMS.

Art. 6º As deliberações da MSCIP serão feitas em suas reuniões e formalizadas em atas a serem disponibilizadas na rede do servidor na pasta “MSCIP”.

Art. 7º A MSCIP reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, de acordo com o art. 11 deste Regimento.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º Ao Presidente da MSCIP incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão, especificamente:

I - convocar, coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, ou designar quem o faça;

II - consolidar a pauta das reuniões;

III - representar a MSCIP junto aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público e em todas as demais relações internas e externas relacionadas à Comissão;

IV - delegar atribuições aos demais membros, podendo indicá-los para a realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade da Comissão;

V - convidar, por indicação dos membros da MSCIP, autoridades ou técnicos a comparecerem às reuniões para ofertarem esclarecimentos ou subsídios, sem direito a participação nas deliberações;

VI - fazer cumprir este Regimento;

VIII - designar membro para compor a secretaria da Comissão;

IX - elaborar e apresentar à Secretaria-Geral e à Procuradoria-Geral de Justiça Administrativa, mensalmente, relatório das atividades da Comissão;

X - dar encaminhamento às deliberações da Comissão; e

XI - participar nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate.

Art. 9º Aos membros da MSCIP incumbe:

- I - comparecer às reuniões, discutindo e deliberando sobre a pauta, além de proferir voto ou parecer, quando necessário;
- II - cumprir os objetivos e as atribuições da Comissão;
- III - participar, conforme deliberação em reunião, de grupo de trabalho;
- IV - participar das atividades da Comissão, mantendo a presidência informada sobre assuntos que possam potencializar seus resultados;
- V - zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela Comissão;
- VI - encaminhar, com antecedência, sugestões de pauta ao Secretário da Comissão;
- VII - propor à Comissão, sempre que necessário, o aperfeiçoamento da normatização das atividades desenvolvidas.

Art. 10. Ao Secretário da MSCIP incumbe:

- I - organizar a agenda das reuniões ordinárias e extraordinárias, providenciando a convocação dos membros e, quando necessário, de outros partícipes;
- II - receber e protocolar os processos e expedientes;
- III - lavrar, rubricar ou assinar termos, atas, pautas, ofícios, relatórios ou documento quando solicitado pelo Presidente da Comissão;
- IV - realizar outras funções determinadas pelo Presidente que sejam relacionadas à finalidade da Comissão.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 11. A Comissão reunir-se-á:

- I - ordinariamente, uma vez por mês, preferencialmente na última sexta-feira de cada mês;
 - II - extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou por solicitação de qualquer um dos membros da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- § 1º Da convocação extraordinária constará a pauta dos assuntos a serem tratados.
- § 2º Qualquer matéria urgente ou de alta relevância poderá, a critério do Presidente, ser colocada em discussão ainda que não conste da pauta de convocação.
- § 3º Ao Presidente caberá decidir nas hipóteses em que não for alcançado o consenso, cabendo-lhe o voto de desempate.
- § 4º A Comissão deliberará por maioria simples dos membros presentes.
- § 5º As deliberações da Comissão, quando necessário, serão encaminhadas para aprovação da Secretaria-Geral, o qual poderá, a qualquer tempo, revê-las.
- § 6º O membro que não puder comparecer a uma reunião deverá comunicar ao Presidente, na forma do parágrafo único do art. 4º, sob pena de ser considerado faltoso.
- § 7º O membro proponente da reunião extraordinária deverá apresentar ao Presidente, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.
- § 8º O Secretário da Comissão, após deliberação da presidência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens da pauta aos demais membros.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º O prazo para que os trabalhos da MSCIP sejam concluídos é de 1 (um) ano a contar da publicação desta Ordem de Serviço, admitindo-se sua prorrogação por igual período mediante interposição de justificativa.

Art. 13. As convocações deverão ser acompanhadas de pauta de reunião e, quando for o caso, de documentos ou relatórios que possibilitem o entendimento do tema a ser abordado.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral do MPMS

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 24/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **24/2019**, referente aos documentos da Secretaria de Administração, através dos memorandos 115 e 129/SEAD/PGJ-MPMS para eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 27.05.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 22.05.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 24/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Secretaria de Administração	Órgão / Setor- Secretaria de Administração		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.003-Correspondências recebidas 2015-2017; 000.002- Correspondências expedidas 2015-2017 000.0001-Controle de andamento de processo 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 24/2019	Exercício 2015	Exercício 2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 25/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **25/2019**, referente aos documentos do Capema, encaminhados através do memorando 161/2019/SEG-PGJ para eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 27.05.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 22.05.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 25/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- CAPEMA	Órgão / Setor- CAPEMA		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002- Correspondências expedidas 2011-2014.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 25/2019	Exercício 2011	Exercício 2014
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 26/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **26/2019**, referente aos documentos do Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB, encaminhados através do memorando 84/2019/SEGAB-PGJ para eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 27.05.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 22.05.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 26/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB	Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002- Correspondências expedidas 2010-2011; 000.003-Correspondência recebidas 2009, 2011.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 26/2019	Exercício 2009	Exercício 2011
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 27/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº **27/2019**, referente aos documentos do Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB, encaminhados através do memorando 84/2019/SEGAB-PGJ para eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 27.05.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 22.05.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 27/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB	Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002- Correspondências expedidas 2010-2011; 000.003-Correspondência recebidas 2011, 2012.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 27/2019	Exercício 2010	Exercício 2012
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO MPMS E MONGERAL AEGON

Processo: PGJ/10/1932/2015.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 - MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, representada por **Luiz Claudio do Amaral Friedheim** e por **José Carlos Gomes Mota**.

Amparo Legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; Decreto Estadual nº 11.261/2003; Resolução nº 17/2018-PGJ/2018; e na Resolução n 033/2018-PGJ/2018;

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência deste Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; alterar a denominação da Secretaria de Recursos Humanos para “Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP”, conforme instituído pela Resolução n 033/2018-PGJ, de 14 de dezembro de 2018; alterar a adequação da fundamentação legal, constante na Cláusula Segunda e no item 5.3, da Cláusula Quinta, em decorrência da revogação do Ato nº 460/PGJ/MP-MS/99, de 5 de julho de 1999; incluir o “pensionista” nos itens 3.3., 3.4. e 3.7., da Cláusula Terceira; no item 4.2., da Cláusula Quarta; nos itens 5.4. e 5.7., da Cláusula Quinta; no item 6.2., da Cláusula Sexta; e no item 7.2., da Cláusula Sétima.

Vigência do Convênio: 17.07.2019 a 16.07.2021.

Data da assinatura: 16 de abril de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/4641/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **COPACABANA SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA EIRELI-ME**, representada por **Luciane de Matos Nantes Costadele**.

Procedimento licitatório: Contratação direta, com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul nº 77, de 18 de abril de 2017.

Objeto: Alteração do índice constante nos itens 10.3 e 10.6, da Cláusula Décima, para que eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Vigência: 21.05.2019 a 16.04.2020.

Data de assinatura: 21 de maio de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/4641/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **COPACABANA SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA EIRELI-ME**, representada por **Luciane de Matos Nantes Costadele**.

Procedimento licitatório: Contratação direta, com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Emenda à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul nº 77, de 18 de abril de 2017.

Objeto: Alteração do índice constante nos itens 10.3 e 10.6, da Cláusula Décima, para que eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Vigência: 21.05.2019 a 16.04.2020.

Data de assinatura: 21 de maio de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/PGJ/2018.

Processo nº PGJ/10/2716/2018.

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **COMERCIAL S.B.S. EIRELI - EPP**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 37/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Acréscimo** do valor de R\$ 3.253,59 (três mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), correspondente ao aumento de 1 (uma) vaga para a função de Encarregado de Obra, prevista na Cláusula Primeira, do instrumento contratual, passando a constar um total de 6 (seis) vagas para a referida função. Dessa maneira, o valor mensal da contratação passa a ser de R\$ 145.907,18 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e sete reais e dezoito centavos), perfazendo o valor contratual anual total de R\$ 1.718.350,26 (um milhão, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos).

Valor mensal da contratação: R\$ 145.907,18 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e sete reais e dezoito centavos).

Vigência: 22.05.2019 a 20.11.2019.

Data de assinatura: 22 de maio de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

RECOMENDAÇÃO N.001/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001810-9, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, com fundamento no art. 201, §5º, c, da Lei Federal n. 8.069/1990, na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, por força do disposto no art. 139, *caput*, do ECA, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no município, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO que foi publicada a Lei Federal n. 13.824, de 09 de maio de 2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, para constar a possibilidade de recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar:

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO ATUAL
Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.</u>	Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, <u>permitida recondução por novos processos de escolha (grifou-se).</u>

CONSIDERANDO que o art. 132 do ECA, de acordo com a Lei n. 13.824/2019, mediante novos processos de escolha, permite a recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei n. 13.824/2019, por sua vez, prevê que a legislação tem aplicabilidade imediata aos processos de escolha de Conselheiros Tutelares em andamento, tendo em vista a rejeição da emenda parlamentar que estipularia *vacatio legis*;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal entende que é necessária a retificação de edital quando há superveniência de lei que altera requisitos para ingresso no cargo público:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. ALTERAÇÃO NA LEI DURANTE A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. O Supremo Tribunal Federal assentou que é possível a imposição de limite de idade para inscrição em concurso público, desde que haja anterior previsão legal e que a exigência seja razoável diante das atribuições do cargo público (RE 678.112-RG, Rel. Min. Luiz Fux). 2. Prevalece nesta Corte a orientação no sentido de que o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição do certame, tendo em conta a impossibilidade de se antever a data em que será realizada a fase fixada como parâmetro para aferição do requisito da idade (ARE 721.339-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes). 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é possível a adequação do edital do concurso público, antes de sua conclusão e homologação, quando houver necessidade de adaptação do certame à nova legislação aplicável à carreira. Precedentes. 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível condenação em honorários advocatícios. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STF, RE 1.025.819 AgR-MS, 1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 01/09/2017) (original sem grifos)

CONSIDERANDO a possibilidade de se modificar e adequar o edital de concurso público durante o trâmite do certame, diante de alteração legislativa aplicada à carreira, também encontra guarida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunais Estaduais, conforme se infere das ementas de julgamento adiante transcritas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO NO PADRÃO INICIAL DA CARREIRA COM ALTERAÇÃO DE LEI POSTERIOR AO CERTAME. LEGALIDADE. PREVALÊNCIA DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de aplicar a lei vigente na data da nomeação do servidor em cargo público, ainda que o edital do certame contivesse previsão de ingresso em outro padrão de carreira e de vencimento. 2. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no Ag: 1367797-MG, 2ª Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, Publicação no DJe de 01/04/2011). Grifos acrescidos.

APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA- CONCURSO PÚBLICO- DIREITO ADMINISTRATIVO- PRESCRIÇÃO- PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA- ALTERAÇÃO DE EDITAL EM VIRTUDE DE LEI POSTERIOR- REQUISITOS PARA A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO- OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO- INGRESSO INICIAL NA CARREIRA EM PERÍODO ANTERIOR- IMPOSSIBILIDADE- RECURSOS NÃO PROVIDOS. 1. A perda do direito ao reconhecimento de determinada relação jurídica em função do transcurso de prazo, decorre do instituto da decadência, não da prescrição. 2. O vínculo entre a Administração Pública e seus servidores é de direito público, definido em lei. Assim, a superveniência de lei que altera os requisitos para a investidura em cargo público permite a alteração de edital de concurso público em andamento. 3. Não há que se falar em pagamento de vencimentos, ou, ainda, em contagem de tempo para fins de adicionais, promoção e aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da parte, quando a determinação de impedimento de participação em certame público anterior decorreu de ato lícito e legal da Administração Pública. 4. Recurso não provido. (TJMG, AC nº 10105072213983004, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Luiz Carlos Gambogi, Publicação: 12/062013).

CONSIDERANDO que a **Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ**, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPG, aprovou a Nota Técnica CNPG/GNDH n. 08, de 13 de maio de 2019, divulgada em 17 de maio de 2019, cujas orientações são as seguintes:

Em face do exposto, e também a fim de evitar a judicialização excessiva do processo, entende-se possível a aplicação imediata da Lei nº 13.824/2019 ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar já em trâmite, independentemente de alteração na legislação municipal, sugerindo-se, desde logo, a tomada das seguintes providências:

a) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, o CMDCA deverá publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, caso atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19.

b) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, o CMDCA deverá reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

CONSIDERANDO que, como bem fundamentado na referida Nota Técnica, acredita-se que a Lei n. 13.824/2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, pode ser aplicada ao processo de escolha dos conselheiros tutelares, possibilitando, desta feita, que os membros do Conselho Tutelar que estão exercendo o segundo mandato possam também se candidatar no processo em curso, uma vez que o novel ato normativo modificou a própria estrutura Conselho Tutelar, já que trata, em certa medida, da forma de acesso ao cargo, quando permite a recondução ilimitada daqueles que já estão exercendo a função de conselheiros.

CONSIDERANDO que, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, os candidatos já inscritos possuem mera expectativa de direito ao cargo, se eleitos e homologado o resultado final do certame; logo, não possuem direito público subjetivo à preterição de qualquer candidato.

CONSIDERANDO que a possibilidade de alteração do edital do processo de escolha unificado também se extrai do teor do art. 13, § 1º, da Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que preconiza que o processo de escolha deve contar com número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, caso contrário, o Conselho Municipal ou do Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua

comissão especial eleitoral, poderá reabrir novo prazo para inscrição de novas candidaturas. Ora, a reabertura de novo prazo de inscrição se traduz em clara modificação do prazo antes consignado no instrumento editalício.

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

RECOMENDA ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da cidade de Campo Grande-MS, que, imediatamente desde que exista Conselheiro Tutelar no segundo mandato consecutivo, adote providências para retificar o Edital do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, para o fim de:

- 1) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, se atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19; **OU**
- 2) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Por fim, encaminhem-se cópias da presente Recomendação ao(à) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para providências e ao r. Juízo Vara da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Campo Grande-MS, 20 de maio de 2019.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0031/2019/3IPJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000618-0

Requerente: Guilherme Guimarães Farias

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual negligência do Poder Público Municipal que possibilitou a ocupação irregular de possíveis áreas pertencentes ao Município de Campo Grande, precisamente na área existente na Rua Jorge Budib, em frente ao cruzamento com a Rua Pedro Batistote.

Campo Grande/MS, 21 de maio de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI
Promotor de Justiça.

EDITAL N. 0007/2019/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2019.00000764-5

Requerente: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul/FUNSAU.

Assunto: Apurar a falta de Ambulatório de Neurocirurgia no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS, 21 de maio de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0008/2019/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2019.00000763-4

Requerente: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Hospital Santa Casa de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar irregularidades na oferta de consultas ambulatoriais eletivas, especificamente, nos seguintes serviços do Hospital Santa Casa de Campo Grande: Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia do Trauma e Anomalias do Desenvolvimento; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia da Coluna e dos Nervos Periféricos; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia dos Tumores do Sistema Nervoso; no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia Vascular; e no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Tratamento Endovascular .

Campo Grande, MS, 21 de maio de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

DOURADOS

EDITAL N. 0010/2019/17PJ/DOS

A 17.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001673-3

Requerente(s): Anônimo.

Requerido(s): A apurar.

Assunto: Acompanhar a regularização da estrutura da Casa da Acolhida de Dourados/MS.

Dourados/MS, 17 de maio de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0035/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2018.00002149-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leonice Aparecida Pitteri Pinto, Adolpho Mellão Cecchi

Assunto: Apurar irregularidades ambientais em áreas de preservação permanente na Fazenda Anhumas, dentre elas: a) a falta de tal área de proteção em uma nascente; b) plantações próximas das nascentes e possíveis contaminação das água por agrotóxico.

Bonito – MS, 17 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0037/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00000613-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: analisar a falta de plano de conservação/manutenção de solo na Fazenda Santa Luzia, que ocasionar problemas ambientais para os rios da região

Bonito – MS, 17 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0038/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00000651-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Mendes e Alves Ltda

Assunto: apurar a derrubada de 50 árvores da espécie aroeira na Fazenda Nossa Senhora de Nazareth

Bonito – MS, 17 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0039/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00000595-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Izidoro Gonçalves

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 31,80 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre os anos de 2013 a 2018, na Fazenda Passo da Anta.

Bonito – MS, 20 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0040/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2018.00002440-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sovernigo Consultoria Ambiental

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na elaboração das licenças ambientais, principalmente no de corte isolado de árvore e de limpeza de pastagens, feitas por produtores rurais por meio da empresa Empresa Sovernigo Consultoria Ambiental.

Bonito – MS, 21 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 002/MPE/2ªPJCR/2019.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do PP n. 06.2019.00000803-3, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000803-3

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica.

Requerido: A.L.Ribeiro Transportes.

Assunto: Registrar a autuação, da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica/MS, em desfavor da Empresa A.L. Ribeiro Transportes, por causar dano ambiental por vazamento de produto perigoso.

Costa Rica, 21 de maio de 2019.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

MARACAJU

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2019/02PJ/MCJ

Numeração SAJ MP:09.2019.00001790-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Maracaju, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público, por força do disposto no art. 139, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no município, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de que o referido processo de escolha seja devidamente regulamentado em seus mais variados aspectos, de modo a evitar abusos e práticas ilícitas e/ou antidemocráticas que comprometam o resultado do pleito,

RESOLVE

RECOMENDAR ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que:

a) para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, o Ministério Público seja pessoalmente notificado, com a devida antecedência, de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo-lhe facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e dia da votação;

b) seja dada ampla divulgação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como dos locais de votação, por meio de cartazes a serem afixados em locais de grande circulação, bem como sejam feitas divulgações matérias em jornais e rádios locais;

c) estimule e facilite ao máximo o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou a sua ordem, que deverão ser imediatamente apuradas pela comissão eleitoral, cientificando-se o Ministério Público e notificando-se o autor do fato para que apresente sua defesa;

d) providencie, junto ao comando da Polícia Militar local, com a devida antecedência, os meios necessários para garantir a segurança dos locais de votação e de apuração do resultado;

e) sejam realizadas alterações no edital, que não foi submetido à apreciação do *Parquet* antes de sua publicação, para que, no item 12.5 passe a constar que quaisquer candidatos, não só os desclassificados, poderão recorrer administrativamente da prova objetiva.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação e a regularidade do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar, com a apuração de eventual responsabilidade dos agentes respectivos, *ex vi* do disposto nos artigos 208, *caput* e parágrafo único, 212, 213 e 216, todos da Lei nº 8.069/90, bem como artigo 11 e outras disposições da Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa.

Remeta-se uma via da presente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, requisitando a adequada e imediata divulgação da presente recomendação e, em 10 (dez) dias úteis, informação, por escrito, acerca de sua adoção ou não.

Dê-se ciência:

a) à Prefeitura Municipal;

- b) à Câmara Municipal;
- c) ao Poder Judiciário desta comarca;
- d) ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude;
- e) ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Maracaju/MS, 21 de maio de 2019.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000761-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Paulo da Silva Labegallini.

Assunto: Apurar irregularidade relacionada ao funcionamento de madeira localizada na cidade de Nova Andradina/MS..

Nova Andradina, 15 de maio de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000447-0.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar irregularidade relacionada a convênio firmado entre os municípios de Nova Andradina e Batayporã para fins de permuta de servidores.

Nova Andradina, 13 de maio de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 02/2019/03PJ/NA

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, com atuação no Controle Externo da Atividade Policial, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001776-5, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua São José, nº 564, Centro, Nova Andradina/MS telefone (67) 3441-1840 ou 3441-5762.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001776-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhar a realização das visitas de inspeção do controle externo da atividade policial, referentes ao ano de 2019, bem como o cumprimento das respectivas providências delas decorrentes.

Nova Andradina/MS, 20 de maio de 2019.

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0023/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002847-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar irregularidades atinentes as normas de acessibilidade de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida na estrutura do prédio onde se encontra instalado atualmente o Centro de Educação Infantil Pingo de Gente.

Ribas do Rio Pardo, 21 de maio de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0018/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000513-6

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000513-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual, Anônimo.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Objeto: "apurar eventual fraude em processo licitatório praticado pela Câmara Municipal de Deodápolis/MS, através da Carta Convite nº 1/2018 - Procedimento Licitatório nº 1/2018 – Contrato Administrativo nº 1/2018".

Deodápolis/MS, 21 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0019/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000515-8

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000515-8.

Noticiante: Sigiloso.

Interessado: Sigiloso.

Objeto: Sigiloso.

Deodápolis/MS, 21 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0020/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000550-3

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000550-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: "Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente no descumprimento dos dispositivos legais constitucionais e infraconstitucionais que versam sobre a aplicação de recursos na área da educação, notadamente a não observância aos percentuais exigidos por lei pelo Município de Deodápolis/MS no ano de 2018".

Deodápolis/MS, 22 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0021/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000696-8

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000696-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Anônimo.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis.

Objeto: "Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, caput, e VIII, da Lei nº 8.429/92, consistente em fraude na Carta Convite nº 10/2016 - Processo Licitatório nº 76/2016, executado pelo Município de Deodápolis/MS".

Deodápolis/MS, 22 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça